



PROJETO DE LEI Nº 323 / 2025

À SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS
PARA SUA TRAMITAÇÃO
Em 16/12/25
Presidente

Institui diretrizes para a prevenção do estresse ocupacional, da violência psicológica e da sobrecarga emocional dos servidores públicos estaduais que atuam em atendimento direto ao público, no âmbito do Estado do Acre, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam instituídas, no âmbito do Estado do Acre, diretrizes para a prevenção do estresse ocupacional, da violência psicológica, do assédio e da sobrecarga emocional dos servidores públicos estaduais que atuam em atendimento direto ao público, no âmbito da administração pública direta e indireta.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se servidores em atendimento direto ao público aqueles que exercem funções permanentes em unidades de prestação de serviços essenciais ao cidadão, tais como:

- I – unidades de saúde;
- II – escolas e instituições de ensino;
- III – delegacias, órgãos de trânsito e segurança administrativa;
- IV – unidades de assistência social;
- V – órgãos de defesa do consumidor;
- VI – centrais de atendimento, protocolos e serviços de arrecadação;
- VII – demais setores definidos em regulamento.

Art. 3º São princípios desta Lei a dignidade da pessoa humana; a valorização do servidor público; a prevenção do adoecimento emocional relacionado ao trabalho; a promoção de ambientes organizacionais saudáveis; o respeito nas relações entre servidores e usuários dos serviços públicos.



Art. 4º As ações de prevenção ao estresse ocupacional e à violência psicológica poderão incluir, entre outras:

I – campanhas institucionais permanentes de valorização do servidor e respeito no atendimento ao público;

II – capacitação de gestores e equipes para prevenção de conflitos, assédio e sobrecarga emocional;

III – estímulo à adoção de práticas de gestão humanizada;

IV – orientação sobre saúde emocional no ambiente de trabalho;

V – incentivo à mediação de conflitos nas unidades de atendimento.

Art. 5º O Poder Executivo poderá fomentar a criação de:

I – canais internos de escuta e acolhimento;

II – fluxos de encaminhamento para apoio psicossocial;

III – mecanismos de prevenção ao assédio moral institucional.

Art. 6º O Poder Executivo poderá incluir, nos relatórios anuais de gestão de pessoas, informações consolidadas sobre:

I – afastamentos relacionados ao estresse ocupacional;

II – ações preventivas realizadas;

III – fatores de risco identificados nos ambientes de atendimento ao público.

Parágrafo único. As informações terão caráter estatístico e coletivo, com garantia de sigilo das informações pessoais, nos termos da legislação vigente.

Art. 7º O Poder Executivo poderá firmar parcerias com universidades, conselhos profissionais, sindicatos e entidades da sociedade civil para apoio técnico às ações previstas nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “**Deputado Francisco Cartaxo**”
09 de dezembro de 2025

Adailton Cruz
Deputado Estadual – PSB



JUSTIFICATIVA

A violência contra os profissionais da saúde constitui uma das mais graves e persistentes ameaças ao funcionamento adequado do sistema de saúde, afetando diretamente enfermeiros, médicos, técnicos, agentes comunitários e demais servidores que atuam diariamente no atendimento à população. As agressões físicas e verbais, ameaças, constrangimentos e diversas formas de violência emocional comprometem não apenas a segurança do trabalhador, mas também a qualidade do serviço prestado e o vínculo de confiança entre profissional e paciente.

A instituição da Semana Estadual de Combate à Violência contra os Profissionais da Saúde, realizada anualmente na semana do Dia Mundial da Saúde (07 de abril), reforça a importância da proteção desses trabalhadores, conferindo maior visibilidade pública ao tema e promovendo a mobilização social necessária para prevenir e reduzir episódios de violência. A escolha da data fortalece o sentido institucional da iniciativa, alinhando o Estado do Acre ao calendário da Organização Mundial da Saúde (OMS) e permitindo que a semana seja integrada a ações nacionais e internacionais de promoção da saúde e valorização dos trabalhadores da área.

Ao inserir essa Semana no Calendário Oficial de Eventos do Estado, o Poder Público cria uma oportunidade anual de reflexão, sensibilização e cooperação, estimulando debates, atividades educativas e ações integradas entre gestores, profissionais, instituições formadoras e sociedade civil. A medida contribui para consolidar práticas de proteção, incentivar ambientes de trabalho mais seguros e fortalecer a cultura de respeito aos profissionais da saúde. Ressalta-se que a iniciativa não cria cargos, não estabelece novas estruturas permanentes e não impõe despesas obrigatórias ao Estado, tratando-se de política pública de caráter educativo, social e institucional, de baixo custo e alto impacto.

Diante de sua relevância humana, profissional e social, solicita-se o apoio dos Nobres Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei, que reforça o compromisso do Estado do Acre com a valorização, o respeito e a segurança dos profissionais da saúde que dedicam suas vidas ao cuidado de toda a população.

Sala das Sessões “**Deputado Francisco Cartaxo**”
09 de dezembro de 2025

Adailton Cruz
Deputado Estadual – PSB